

MOVIMENTOS SOCIAIS:
Conceitos e suas Possibilidades de Análise*

Edmilson Borges da Silva **

Pensar qualquer fenômeno social, seja episódico ou longo, exige, dentro de uma ciência social, uma produção que possa dar conta de suas inúmeras variáveis; em outra linguagem, analisar suas múltiplas determinações. Em se tratando dos movimentos sociais, fenômeno complexo, tornado diverso e confuso na produção acadêmica, exige-se atenção maior, sem garantia do sucesso nas análises. Portanto, o que é um movimento social? Pergunta necessária quando se tenta explicar o que é uma

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: edborgesdasilva@gmail.com

** Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais. Mestre e doutorando no Programa de sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

manifestação de rua, um confronto entre manifestantes e forças de segurança, quando se nomeia entidades, organizações vinculadas a movimentos sociais.

O que movem pessoas a se organizar, ajuntar, confrontar? Essas condutas nem sempre se configuram um movimento social, então, é preciso diferenciar ações episódicas, organizações não governamentais (ONGs), manifestações pontuais de um movimento social.

O movimento social é produto das relações sociais onde se manifesta ou surge indiferente a estas? Em outras palavras, a sociedade com suas intensas e complexas relações sociais, é determinante no surgimento de movimentos sociais? Enfim, existem distintos fenômenos sociais que se assemelham, mas não são a mesma coisa, podem ter relações, mas não são produtos da mesma ordem.

O ajuntamento humano quando brada nas ruas, assusta a ordem, a norma, a continuidade. Por que muitas pessoas, instituições e outros se incomodam e tentam desqualificar ou apoiar ações humanas que gritam coletivamente?

Enfim, pensar sobre os movimentos sociais, exige um rigor metódico e analítico, por isso, perguntar o que são, como surgem, como se expressam, quais suas relações e com quem, se sua durabilidade é efêmera ou perene, quais os custos e de onde se originam, por que surgem, é uma multiplicidade de questões que se colocam no caminho de uma elaboração teórica.

Assim, se propõe o presente texto: discutir parte da teoria sobre os movimentos sociais e repercuti-la em duas possibilidades, a relação do capital comunicacional com as necessidades populares que pode ou não se configurar movimentos sociais, ou esvaziamento destes, e, os movimentos ambientais ou ecológicos e seus compromissos com a sociedade, seja em sua manutenção ou confrontação.

Sobre as teorias

Um dos debates sobre movimentos sociais é que, este é um fenômeno da sociedade atual, não significa isso que reações coletivas, mais ou menos organizadas, não tenham ocorrido em outras configurações produtivas já superadas. No entanto, no caminho da delimitação, confusões surgem, por mais que alguns autores confirmem

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[7]

a afirmação do início do parágrafo, terminam por se contradizerem, assim, vê movimentos sociais em outros tempos, bem como, confundem manifestações coletivas distintas como partes da mesma coisa.

Logo na tese primeira, Frank e Fuentes, no texto: As dez teses sobre movimentos sociais, quando repercutem os “novos” e “clássicos” movimentos sociais, diz da concretude destes delimitada pelas circunstâncias de seu tempo, no entanto, enxerga movimentos sociais em todos períodos históricos, enumera exemplos na Roma antiga, cita obra filosófica com rastros de movimento de mulheres, passa por reações às guerras, reações essas manifestas em movimentos sociais, até os dias atuais dos movimentos pacifista, ecológico e feminista. Movimentos camponeses e de trabalhadores são enquadrados nessa rubrica, movimentos sociais (FRANK, FUENTES, 1989). Embora este texto, preste às lutas emancipatórias, uma pequena resenha sobre a existência da resistência histórica, perpassando as sociedades classistas, não parece ser adequado colocar toda resistência social na longevidade histórica, como movimentos sociais.

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[8]

Em um livro de 2008, Gohn, traz um amplo panorama das abordagens dos movimentos sociais, diz a autora:

Assim, a temática dos movimentos sociais no universo das ações coletivas é uma área clássica de estudo da sociologia e das ciências sociais desde seus primórdios e não apenas um momento da produção sociológica, como pensam alguns, reduzindo as manifestações empíricas, com seus fluxos e refluxos, e confundindo a produção acadêmica destes ciclos com a própria existência concreta do fenômeno (2014).

Um conjunto de autores, datados – séculos XIX e XX -, são citados no tempo para qualificar a afirmação supracitada e dar relevância ao tema. Tendo o verbete ação como fio condutor. Sendo o livro, um apanhado geral das abordagens sobre o tema dos movimentos sociais, afirma Gohn que são três as correntes, a saber: “a histórico-estrutural, a culturalista-identitária e a institucional/organizacional” (2014), nestes marcos a autora vai enquadrar muito do que se produziu sobre o tema, até o presente.

Na primeira corrente, além de Marx, autores qualificados como marxistas, portanto, de Marx a Mao Tse-Tung, passando por Gramsci, Lefebvre, Rosa de Luxemburgo, Trotsky e Lenin (GOHN, 2014). Existe literatura suficiente para diferenciar esses autores, não são iguais entre si, embora haja semelhanças, nem é possível afirmar, que há uma concordância de alguns com a fonte primeira, Marx. Alguns, com fidelidades muito próxima e desenvolvendo suas análises a partir de uma coerência com Marx, Rosa é um destes, outros mais distantes e até discordantes ou deformadores das teses que se filiam, Lenin e Mao Tse-Tung são exemplos destes distanciamentos e contradições.

A autora diz que até 1950 o conceito de movimentos sociais estivera associado, na análise marxista, ao de luta de classes, associado aos conceitos de reforma ou revolução e, por isso, analisado como reformistas, reacionários e revolucionários, assim a noção maior era de transformação social e por último, havia uma “crença” nas análises objetivas da realidade social e na existência de um sujeito principal, a classe trabalhadora (GOHN, 2014). Nas

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[10]

palavras da autora, “[...] não havia muita preocupação com a diferenciação entre movimento social e político” (GOHN, 2014, p. 28).

Quanto a indistinção do que é movimento social e movimento de classe, nem para a autora em questão estava posto. Portanto, foi sim uma confusão e mistura de fenômenos diferentes analisados como iguais ou similares dentro do escopo das abordagens. Há de ressaltar que os movimentos sociais, embora possam dizer de seu surgimento incipiente, no século XIX, é no século XX sua cristalização, daí um fenômeno relativamente novo e conceituado diferentemente por diversos autores ou, pelo mesmo autor em épocas diferentes, é o caso de Alan Touraine, que Gohn, vai dedicar maior relevância e destaque (2014).

Na segunda corrente que Gohn chamou culturalista-identitária, inclui-se uma gama de autores e escolas, Bourdieu, Giddens, Habermans, Foucault, escola de Frankfurt, fenomenologia, Touraine, Melucci e outros. Embora tenham estabelecido um diálogo crítico, segundo a autora, com o paradigma marxista, não descartaram essa

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[11]

possibilidade. “O grande salto dessa corrente foi, apresentar ao mundo a capacidade dos movimentos sociais de produzir novos significados e novas formas de vida e ação social” (GOHN, 2014, p. 30). No entanto, descartou, em nome de acentuar a questão da identidade, as relações sociais que continuam pautadas nas lutas de classes, estabelecendo hierarquias, dominação, exploração e centralização da riqueza.

A corrente institucional/organizacional destaca-se a ótica econômica (Olson, um dos autores); outra variável é a ótica sociopsicológica. Os objetivos são a organização, os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias. Nesta corrente destaca a institucionalização e a mobilização de recursos. Dentro desta corrente, Gohn destaca outro grupo de autores, entre eles, Charles Tilly, este grupo está preocupado com os ciclos de protestos que os movimentos constroem, mas também acentuam a institucionalização (2014).

No fluxo da última corrente e influenciado por Tilly; Tarrow, afirma que o surgimento e ampliação das possibilidades de comunicação, bem como, o surgimento e

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[12]

o barateamento de meios de transportes possibilitou a emergência dos movimentos sociais (2009).

O confronto político ocorre quando o cidadão comum se junta a pessoas influentes para fazer frente às elites, as autoridades; este confronto ocorre quando oportunidades e restrições políticas em mudanças criam incentivos para atores sociais sem recursos; para tal confronto, um conjunto de rotinas limitadas são aprendidos, compartilhados e executados num relativo processo de escolhas, assim, o confronto, cria condições de uma interação entre opositores quando apoiado por uma densa rede social, motivado por símbolos culturais e orientados para ação, é assim que existe o movimento social (TARROW, 2009).

Tendo por base o confronto político, fazendo uso de repertórios e as condições de oportunidades políticas, Tarrow conceitua movimentos sociais como:

[...] sequências de confronto político baseadas em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos. Mas todos são parte

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[13]

de um universo mais amplo do confronto político que pode surgir, de uma lado, de dentro das instituições e, de outro, pode se expandir e se transformar em revolução (TARROW, 2009, p. 18).

Tem se a impressão que, neste caminho de compreensão, o movimento social é sempre um apêndice institucionalizado, as pessoas comuns não geram movimentos autônomos, não estão em condições de contestar os processos de oportunidades políticas em mudanças e a revolução tem muito mais um caráter insurrecional. É das instituições que o conflito eclode e sobre sua tutela se desenvolve.

Outro evento nomeado, como desnordeador do marxismo, como referência para, não só, analisar e interpretar os movimentos sociais, é a dita “globalização”, como se palavra explicativa, denotasse um fenômeno social novo no mundo. “A globalização provoca a desnacionalização, e outros atores, além do antigo Estado-nação, participam da disputa pelos territórios” (GOHN, 2014, p. 44). Seguindo essa lógica, território, inclusão, mobilização social, empoderamento, vínculos, sustentabilidade, laços sociais, responsabilidade social, são

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[14]

categorias que substituem as marxistas como: justiça social, igualdade, cidadania, emancipação, direitos e outras (GOHN, 2014).

Muitas dessas ditas categorias podem até se sustentar como ditas de inspiração marxista, mas não se sustentam confrontadas com a obra de Marx, cidadania por exemplo, um bordão dos últimos tempos na maioria das lutas sociais engendradas por movimentos reformistas, é retórica na sustentação de qualquer marcha para implementar direitos em leis e não como emancipação, essa sim, origina-se em Marx, sendo que este propõe a superação do capitalismo e essa condição é um projeto dado pelas lutas sociais a partir da auto organização dos trabalhadores.

Um capítulo, escreve Gohn, sobre as elaborações de Alan Touraine, entende que este deu uma vasta contribuição sobre os movimentos sociais. Afirma a autora que na América Latina, nunca houve dúvidas do referencial Weberiano de Touraine. Seus termos deixam isso claro, “encontrar o sujeito individual no sujeito histórico...” e “a orientação que os atores dão as suas condutas, aos seus comportamentos, as suas ações” (GOHN, 2014).

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[15]

Nas variações conceituais que Gohn analisa em Alain Touraine, palavras são alteradas, mas, a centralidade de sua visão sobre os movimentos não, vejamos: “[...] agentes sociais envolvidos em um conflito pelo controle social dos principais padrões sociais, que são conhecimento, investimento e ética” (GOHN, 2014, p. 93). Seguindo a interpretação, Gohn, informa que, para Touraine, não existe um sujeito histórico revolucionário, não acredita no domínio por macroestruturas; o que há são atores sociais como sujeito histórico atuando em suas localidades, cultura, “[...] um movimento põe em questão o modo de utilização social de recursos e modelos culturais” (GOHN, 2014, p. 109).

Os movimentos sociais são partes integrantes da funcionalidade social e disputam o sentido e a direção cultural em seu campo de atuação. Para Gohn, Alain Touraine pensava assim os movimentos sociais nos anos 70,

Eles não são, em si mesmos, agentes negativos ou positivos da história, do processo de modernização ou da liberação da humanidade. Eles são fruto de uma

relação de produção e organização social, uma relação dupla – de identidade e de oposição –, e não se dirigem fundamentalmente contra o Estado, pois não são lutas por meras conquistas de poder (2014, p. 99).

Segundo Gohn (2014), Touraine aproxima de Gramsci quando este entende que, o Estado é uma força de transformação, uma força de mudança social. No entanto, “Ele assinala ainda que seria um erro ver os movimentos como agentes de mudança histórica ou forças de transformação do presente e construção do futuro” (GONH, 2014, p. 100). Neste sentido, o agente de mudança é o Estado e os movimentos sociais disputam no remanso um lugar ao sol, este lugar tem território, subjetividade, identidade, solidariedade local, mas não tem rupturas que ameacem a continuidade social dada por um agente que não é só o detentor do monopólio da força, também, busca legitimidade por caminhos ideológicos.

Então, que transformações engendram os movimentos sociais? Nenhuma, o que movem os movimentos é adequado ao desenvolvimento do sistema que gira e muda, mas são mudanças que não lhe causa

convulsão, ao contrário, lhes rendem pulsações que renovam sua cútis, por isso, “As mudanças vem da ação concreta dos atores e de suas inovações” (GOHN, 2014, p. 101).

Diante da vasta complexidade que se desenvolve o capitalismo, existe de fato, setores sociais, que estão distantes dos processos e tensões produtivas, mas não são imunes às suas consequências, sua distribuição, consumo e normas que são determinantes na cotidianidade. Diante dessa regulação e aparente distanciamento, na leitura que Gohn faz de Touraine, leva a crer que só é possível uma ação coletiva entre agentes concorrenciais travando suas lutas como adversários dentro de um padrão cultural,

Os movimentos sociais são ações coletivas que se desenvolvem sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultural, num dado tipo de sociedade. Assim, os conflitos sociais entre os atores devem ser entendidos em termos normativos e culturais (GOHN, 2014, p. 104)

Então, se não há um sujeito histórico que reúne a potencialidade de fazer a revolução, se os movimentos sociais devem substituir a noção de classe social, nas

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[18]

análises dos fenômenos sociais, que são as ações coletivas e, se estes não desejam combater a sociedade em desenvolvimento, mas desejam alterações nesse modelo de sociedade, sobre o Estado como agente de mudanças sociais, e os movimentos sociais não são em si novidade, mas, a novidade que portam são os atores destes e suas inovações. Assim, entender a complexidade trazida nos movimentos sociais e suas relações com a sociedade, o Estado etc. é entender o fluxo de tensões e mudanças na ordem estabelecida, é o que analisa essa corrente de pensamento.

Por fim, essa é uma vertente analítica que critica outra como sua concorrente, ajudou enfraquecer ou até mesmo desabilitar o marxismo, simplificando este ou tornando-o obsoleto para analisar fenômenos eminentemente classistas, de opressão, exploração etc. Não considerou sua potencialidade para lidar com novos eventos e colocou na mesma locução coisas bem distintas, bem como, confunde movimento social com movimento classista, isso é de se esperar, à medida que descarta as

categorias e conceitos marxistas como válidos na análise de movimentos sociais.

Desta forma, todo o movimento histórico dos trabalhadores, são enquadrados na leitura de novos agentes, novos atores, de um sujeito que encontra sua coletividade na individualidade em ação, por isso, fica assim a definição,

Um movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados (TOURAINÉ, 2005, p. 18, Apud GOHN, 2014, p. 110).

Sendo a autora, resenhista analítica de Touraine, fica demonstrada afeição teórica por sua produção. Em um texto, de onde foi extraída a conceituação de Gohn, sobre movimentos sociais, é possível perceber semelhanças com sua linha de pensamento, bem como, com outras formulações quando se diz de repertórios, interesses comum. Assim conceitua,

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[20]

classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial (GOHN, 2000, p.13, grifos da autora).

Reconhecer o caráter sociopolítico das ações coletivas e perceber que existe uma engenharia imaginativa na sua organização, já é um passo diferente dos que, basicamente, despolitizam os movimentos sociais, enquadrando-os como repercussão da institucionalidade em andamento. Mas, não é suficiente para dizer da complexidade relacional dos movimentos sociais.

Movimentos sociais numa perspectiva marxista

Desenvolver-se-á nas próximas linhas, o debate sobre movimentos sociais, tendo uma análise marxista como orientação e, confrontando-a com a produção supra elencada, que o nega.

O sociólogo e pesquisador, entre outros temas, de movimentos sociais, Nildo Viana, complexifica essa tarefa teórica de explicar o fenômeno social. Se referenciando em Marx e autores que melhor compreenderam este e contribuíram no seu desenvolvimento, até por isso, foram marginalizados ao enfrentar a ortodoxia leninista na interpretação de Marx. Viana, elabora um consistente conceito sobre movimentos sociais, que reúne vários aspectos para sua delimitação e compreensão, diferencia movimentos sociais e movimentos de classes.

Não é possível entender um fenômeno da modernidade, expresso no modo de produção capitalista, como manifesto em diferentes tempos históricos da existência social. Por isso, é preciso delimitar, demonstrar todas suas relações com a sociedade, o Estado, as classes sociais e um conjunto de determinações que afetam e envolvem os movimentos sociais, nas palavras do autor, “A compreensão dos movimentos sociais pressupõe entender a sociedade capitalista, a totalidade na qual eles emergem e ganham suas características próprias” (VIANA, 2015, p. 109).

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[22]

Para entender os movimentos sociais, faz-se necessário ver suas relações com o Estado e vice versa. Os movimentos sociais demandam ao Estado, o combatem ou ignoram. O Estado trabalha para cooptar, controlar e até atender algumas demandas oriundas das necessidades elencadas por movimentos sociais.

É necessário analisar a sociedade civil como condição de existência dos movimentos sociais, sendo esta “o conjunto das formas privadas de regularização das relações sociais” (VIANA, 2003, p. 82), sendo isto as manifestações privadas dos indivíduos – família e as organizações – e as formas culturais que manifestam nas formas sociais estatais e privadas de regulação (VIANA, 2015).

Outro elemento, para entender os movimentos sociais, são suas condições de existência, relação com o modo de produção que tudo mercantiliza, portanto, perceber a necessidade de recursos, as barganhas negociadas e até mesmo as possibilidades dos movimentos sociais gerar e comercializar produtos. Viana explica as ondas de mercantilização dentro dos regimes de

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[23]

acumulação que se tornam mais visíveis na transição de um ao outro. Outra questão derivada, são os impactos da mercantilização nos movimentos sociais, a isto é possível aplicar escalas que afetam em diferentes graus e sujeição dos movimentos sociais a mercantilização em suas ações, por fim, conferir quais são os setores dos movimentos sociais mais afetados (VIANA, 2015).

Todas essas relações sociais, viabilizam-se, dentro de uma sociabilidade burguesa dominante na sociedade e sua consequente ratificação e generalização da mentalidade que lhe é inerente.

A sociabilidade capitalista se caracteriza pelo predomínio da competição, burocratização e mercantilização. Isso, por sua vez, gera um outro elemento fundamental da sociedade civil capitalista: a mentalidade burguesa. Esta introjeta a sociabilidade capitalista e a reproduz e reforça. A mentalidade burguesa é burocrática, mercantil e competitiva (VIANA, 2015, p. 153).

Nessa perspectiva é necessário debruçar sobre o que é o modo de produção e como este impacta e determina a vida social, assim, não será imune os movimentos sociais a essa determinação geral.

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[24]

É diante dessas múltiplas determinações que se pode delimitar e analisar os movimentos sociais. Por isso, relegar os escritos de Marx, considerando classe – Castoriadis – ou lutas de classes – Laclau –, como inúteis, no caso do primeiro e, insuficientes, para o segundo (PESSOA, 2004, p. 34). Isto é uma generalização, intelectualmente irresponsável, uma omissão de todas as determinações em função de uma – classes sociais – embora, substancial nesse arcabouço teórico.

Como não considerar a importância das lutas de classes sociais, para análises dos movimentos sociais, que demandam inúmeras situações derivadas dessa histórica, injusta e poderosa divisão social em classes? Isto leva algumas abordagens agendar como certa o que dizem alguns movimentos sociais, não são hierarquizados, não desejam combater a sociedade, não desejam o poder, não estão interessados em demandas gerais e sim particulares, suas lutas estão fora da produção e consumo, bem como, não articulam a questão econômica, política e social (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2015; GOHN, 2014; PESSOA, 2004).

Mesmo sendo isto verdade para vários movimentos enquadrados na rubrica “novos movimentos sociais”, essa configuração e prática tem consequências das classes sociais e suas lutas, por isso, é correto falar de movimentos sociais classistas, sendo policlassistas, monoclassistas, com repercussões conservadoras, reformistas e em alguns casos revolucionárias (VIANA, 2015).

Uma outra questão é que, o materialismo histórico dialético, como unidade metódica e teórica, vem demonstrando sua potencialidade, em conhecer as variações no modo de produção capitalista e nos seus respectivos regimes de acumulações, assim, diferencia movimento político de classe, pautada na produção e movimentos sociais, pautado na especificidade de grupos. O que não fez alguns marxistas e seus detratores da onda.

Desta feita, Viana (2015), vai cunhar um conceito de movimento social que delimita o fenômeno, mas deixa claro, é preciso ir do abstrato ao concreto para entender o que se delimita e suas relações nas lutas de classes.

Portanto, movimentos sociais, deriva-se de ações coletivas, ações compartilhadas e, por isso, tem grupo

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[26]

social, grupo em fusão, ou seja, grupo que se põe em ação, estes grupos podem ser autóctones ou alóctones, ou ainda, o grupo autóctone pode receber apoio de indivíduos alóctones, externos ao grupo, pois, existem diferentes grupos, podem ser orgânicos – corporeidade –, situacional e cultural¹ (VIANA, 2015).

O grupo social em fusão é um aspecto, outros tantos são necessários para existir o que se pode qualificar movimento social. Esses elementos estão expressos no conceito, a saber: “*Os movimentos sociais são mobilizações (ações coletivas ou compartilhadas) de determinados grupos sociais derivadas de certas situações sociais que geram insatisfação social, senso de pertencimento e determinados objetivos*” (VIANA, 2015, p. 53, grifos nosso).

Para ajudar completar o entendimento do conceito verifica-se que, nos movimentos sociais existem ramificações, estas podem se configurar em ideologias,

¹ Para melhor entender a distinção entre autoctonia e aloctonia, bem como grupos autóctones e alóctones. A diferenciação entre grupos orgânicos, de situação e cultural, pode-se recorrer a obra de VIANA, 2015, intitulada, Os movimentos sociais.

representações e organização. Uma ramificação pode se manter com elos, laços, estar vinculada a um movimento social ou pode se autonomizar. A partir das ramificações, geram confusões de entendimentos, às vezes, uma organização é entendida como todo o movimento e não como parte dele. A repressão estatal, um exemplo, faz isso para justificar suas medidas de criminalização, por vezes, pesquisadores se referem às partes caracterizando o todo, bem como, seus integrantes confundem uma manifestação, organização, representação ou ideologia como sendo o movimento social.

Portanto, muitas abordagens/teorias vencidas, cansadas, apropriadas ou criadas adequadamente ao modo de produção capitalista, vão, peremptoriamente, negar a luta de classes, pois essa negação camufla a opressão social de classes, negam a utopia concreta em potencial no sujeito revolucionário, o proletariado ou trabalhadores. Estes, quando se tornam uma classe em condições de viabilizar seu projeto social, emancipa a si e a todos dos mecanismos de dissimulações e opressões, constituindo a possibilidade

da sociedade vir a ser conduzida pela livre associação dos produtores.

Ou seja, o marxismo, levado às últimas consequências, implica responsabilmente e, portanto, eleva as exigências para que o pesquisador investigue todas as determinações, relacionando-as e analisando-as diante da perspectiva que explicita a dominação e sua consequente possibilidade de libertar-se desta.

Na sessão seguinte desenvolver-se-á uma breve análise da influência do capital comunicacional na organização e agenda dos movimentos sociais urbanos e uma breve avaliação do movimento ambiental.

Vera Telles (1989), em sua análise sobre os movimentos sociais nos anos 70, considerou as consequências do golpe militar de 1964 e como as lideranças que sobreviveram ao golpe, moveram-se fazendo revisão e se adequando aos movimentos que eclodiam na periferia das cidades. A partir dessa análise é possível situar o papel do capital comunicacional como omissivo, submetido e colaborativo ao regime autoritário. Nos dias atuais essa tendência continua, porém, os meios de comunicação se

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[29]

permitem mais, pressionam os agentes públicos diante de demandas populares que geram audiência, mas, também, ajudam desqualificar e criminalizar movimentos sociais, manifestações e suas organizações mobilizadoras quando o enfrentamento das demandas não são guiadas pela comportada imprensa que tem negócios com a acumulação de riquezas.

Considerando a perspectiva de Viana (2015), corroborada com outros autores, é possível observar a evolução, o controle, as adequações, as concessões ao Estado e ao mundo empresarial que faz o movimento ambiental, bem como, o impacto do capital comunicacional nas demandas populares, manifestas eminentemente na vida urbana. De forma breve é o que se procurará realizar a seguir.

Os movimentos sociais

O Brasil dos anos 1970 e 1980 possibilitou a emergência de uma série de movimentos sociais populares e urbanos. Um País que vivia uma ditadura militar, seus anos finais, a intelectualidade revia o passado e o presente em suas análises. O passado, transformado em produtos de

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[30]

análises nas ações realizadas dos movimentos sociais e políticos, coloca os trabalhadores brasileiros sempre como atrasados e sem condições de conduzir autonomamente suas demandas e possibilidades políticas, sempre dependentes da ação e regulação do Estado. Daí, a tutela sindical e dos partidos de esquerda, anteriormente ao golpe de 1964. Diante da derrota dos setores, da nomeada esquerda, anterior ao Golpe, seus remanescentes e outros, analisavam o presente das lutas projetando seus desejos nos movimentos sociais. O combate precisava ser empregado contra o Estado negador de direitos e da existência de uma sociedade política autônoma (TELLES, 1989).

Analisar o movimento dos trabalhadores, exige olhar para o tempo e o espaço onde a experiência se situa (TELLES, 1989). A intelectualidade que escrevia sobre os movimentos sociais, implicada na derrota, projeta seus sonhos e desejos em toda possibilidade de mobilizações. Os que fizeram alguma autocrítica e novos atores exigiam novas formas de perceber, organizar e agir dos movimentos sociais, bem como, aceitavam outras possibilidades de se localizar e organizar, que não a fábrica, para se estabelecer

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[31]

como movimentos sociais. A herança de que a fábrica era o lugar privilegiado da ação do trabalhador neblinava e tencionava a emergência de outros movimentos sociais.

Para Telles, analisar fatos e sentidos situados no tempo da localização e expressão de uma existência social, é condição para se entender de fato o movimento social (1989). Essa “novidade” social, os movimentos sociais populares e urbanos – com suas heranças históricas, projeção intelectual, negação do Estado, ao mesmo tempo, era este o lugar de cooptações e vícios com a burocracia para resolver demandas – emergiu-se em um cenário esvaziado pela repressão pós 1964, várias mobilizações e organizações na periferia de diversas cidades brasileiras.

Neste período, lutar por escola, vagas em escolas, contra a carestia, por melhor transporte urbano, moradia, postos de saúde etc. era um risco que se corria. A repressão era latente e intermitente, estava viva para todos que tentassem algo que provocasse o Estado e o setor empresarial. Assim, saudava-se todas as iniciativas como combativas e em condições de se autodeterminar (TELLES, 1989).

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[32]

A imprensa não falava quase nada contra o Estado e as empresas. Esse silêncio deliberado, sobre a penúria do povo na periferia, era quebrado por ações de vários grupos com apoio de igrejas, partidos, sindicatos e intelectuais. Com a falácia chamada “transição lenta, gradual e negociada” chegou-se aos períodos de retorno eleitoral, nova reconfiguração do marco regulatório estatal e a ampliação dos partidos. Esses movimentos sociais, boa parte deles, foram se tornando atrelados aos partidos e campo de estágios para lideranças parlamentares.

Hoje, o que se percebe é que a maioria desses sujeitos, saudados nos anos da abertura política, estão enfraquecidos por subordinação a partidos e cooptados por postos de trabalhos no Estado. O recuo da mobilização organizada de periferia, abriu espaço para o capital comunicacional, este se colocou no papel que outrora se recusava a fazer.

Porém, qualquer ação um tanto mais drástica dos populares, como: impedir a circulação de ônibus, ocupar terras, impedir a realização do lucro, é criminalizado por ações do Estado e retórica da mídia, anunciando como

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[33]

vandalismo e exige-se a manifestação dentro dos marcos da legalidade. Saúda a ação violenta das forças policiais em reprimir os ímpetus juvenis e toda ação reivindicatória organizada. Por quê?

Porque “os meios oligopolistas de comunicação são um setor do capital, tal como o industrial, comercial, bancário etc. Trata-se do capital comunicacional!” (VIANA, 2015, p. 28). *Data venia*, este setor tem estratégias de sobrevivência na concorrência, no cenário atual, dar visibilidade a demandas populares é uma delas, é necessário ser demandas locais que o agente público, geralmente, é confrontado ao vivo com populares para resolver um problema bem específico, além de vender a ideologia que a imprensa é e precisa ser livre.

Portanto, a visibilidade das causas populares, em várias circunstâncias, são provocadas pelo incentivo midiático de telejornais, sobretudo, locais. A reivindicação, quase sempre, não foi gerada por uma organização e consciência da comunidade. Existe uma situação que gera uma insatisfação e até provoca parte do grupo a reagir episodicamente. Se satisfeita a reivindicação pontual, o

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[34]

ajuntamento se desfaz, não levando a qualquer articulação e organização durável que favoreça perceber o uso deliberado que se faz dos grupos sociais, e, sem questionar a regularidade do modo de produção e os graves problemas da urbanização que gera a situação de insatisfação.

Desta forma, o capital comunicacional, por meio dos meios oligopolistas de comunicação, colaboram para esvaziar a possibilidade de um movimento social na periferia, quando, induz e ilude o atendimento de demandas sem colocar em xeque as reais contradições sociais. Colabora por normalizar a ideia de controle, vigilância e repressão, sobretudo, aos pobres na periferia, e, também, invisibiliza os movimentos sociais populares e urbanos existentes.

Outro movimento que merece uma breve análise, para ilustrar as confusões que são feitas sobre movimentos sociais, suas ramificações e sua radicalidade, é o movimento ambiental. O movimento ambiental, junto com movimento feminista e o pacifista, são a expressão mais acabada do que se denominou novos movimentos sociais. Na abordagem conhecida como mobilização de recursos e

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[35]

que Gohn (2014) denomina institucional/organizacional, autores viam o desenvolvimento dos movimentos sociais, análogo aos do sistema político e econômico vigente, por isso, a mobilização de recursos passaria por mecanismos de planejamento e funcionalidade empresarial até, de fato, a captação permanente de dinheiro para viabilizar demandas.

Outra vertente para analisar os movimentos sociais e que é usada na explicação do movimento ambiental brasileiro, assim foi denominada: “[...] teoria ou abordagem do movimento histórico, complexo e multissetorial” (ALEXANDRE, 2000, p. 45). Indica que o ambientalismo surgiu de demandas por melhores condições de vida, ocorreu como efeito da contraprodutividade, o emprego de tecnologias poluentes, tentando mobilizar as pessoas por valores pós-materiais (ALEXANDRE, 2000). Essa corrente é signatária da formulação, já nomeada por Gohn (2014) de culturalista-identitária, também conhecida como teoria dos novos movimentos sociais (ALONSO, 2009), que percebe as classes sociais sendo suplantadas por movimentos sociais em redes complexas e multissetoriais.

Alexandre, defende que houve uma fase radical do movimento ambientalista brasileiro, fase de denúncia da degradação ambiental. Essa, foi substituída por uma fase conservacionista e de recuperação dos ecossistemas, nesta fase, o movimento social sai, digamos assim, de sua fase amadora, para uma fase profissional, entidades são sua expressão. Entidades ambientais profissionais passam a influenciar agências, governos, empresários, parlamento e outros (ALEXANDRE, 2000).

A evolução do movimento ambiental, bem poderia ser descrita como uma involução, de uma pretensa radicalidade baseada na denúncia à integração negociada com o setor que ameaça e degrada o ambiente.

Insistindo-se no ganho do aspecto de uma complexidade e de um nível de integração e de institucionalização política, o movimento ambientalista deixa de se caracterizar como um daqueles novos movimentos sociais que apareceram, por diversas razões, no contexto político das décadas de 50 e 60 em todo o mundo (ALEXANDRE, 2000, p. 81).

O autor, da citação, contesta a tese da complexidade e multissetorialidade que o pesquisador,

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[37]

Viola, em diversos trabalhos, atribui ao movimento ambiental. No entanto, essa evolução, parece, exatamente estar inscrita na trajetória destes novos movimentos sociais, de contestador da sociedade, do Estado, do coletivo a uma profunda adequação a acentuação social tecnológica que esgarça a hierarquização, o poder, a vida material e a divisão social do trabalho, deixando exposta, aquilo que se deseja esconder, as classes sociais.

Com isso, o movimento ambientalista, perde condições, quando se olha numa perspectiva de mudanças, e ganha condições, quando o olhar é na perspectiva de responder as demandas do jogo que é jogado na manutenção social. Considerando as ondas de mercantilização e as escalas de afetação, o movimento ambientalista de ponta, é hoje um produtor de coisas, assessorias especializadas, indução da pequena propriedade a reproduzir as relações de mercado etc. Neste sentido, existe concordância com a síntese de Alexandre: “O movimento passa a perder a sua espontaneidade, o seu ativismo político crítico e ganha força enquanto bandeira oportunista para empresários, publicitários, agências setoriais de governo” (2000, p. 101).

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[38]

Hegemonicamente, o movimento ambientalista, tende a uma ação reformista conservadora. Em outra análise, é possível perceber a constatação de um movimento ambiental de vísceras diferentes,

Se aceitamos que o sistema de mercado generalizado e/ou controle do Estado sobre os recursos naturais implicam uma lógica de horizontes temporais curtos e de externalização dos custos ecológicos, então, os pobres, ao pedirem o acesso aos recursos contra o capital e/ou contra o Estado, contribuem ao mesmo tempo para a conservação dos recursos. A ecologia da sobrevivência torna os pobres conscientes da necessidade de se conservar os recursos (ALIER, 1998, p. 373).

Neste caso, existem fatos, eventos, organizações e análises que denotam a complexidade dos movimentos sociais, por isso, é tendencialmente, o movimento ambientalista, reformista. No entanto, existem ramificações deste que denotam potencialidade radical.

Conclusão

São distintas as teorias sobre movimentos sociais, diante de uma confusão sobre movimentos políticos e movimentos sociais. Diante da derrota de algumas

tentativas de revoluções e diante da semelhança das revoluções, que se propuseram ao diferente, com a opressão; uma variedade de experimentos analíticos e formulações analíticas emergiram, elegendo o marxismo como antagonista, partem do princípio, que este calcificou-se sob a ação do tempo, por isto, sua envergadura conceitual não responde à exigência de um tempo dinâmico. Seria a teoria que envelheceu ou os valores de pesquisadores que não se propõem a radicalidade – ir à raiz – que se tornou regra? Assim, a possibilidade de pensar aquilo que era apenas circunstancial, inicial no período de Marx, tornou possível, com suas categorias, conceitos e metodologia a análise do fenômeno manifesto hoje. A elaboração de Viana (2015) é, vigorosa e minuciosa sobre os movimentos sociais, a análise contempla conceito e a exigência relacional de suas múltiplas determinações que afetam o fenômeno social. Os novos movimentos sociais e suas trajetórias concretas e, conseqüentemente, suas análises, só fortalecem a validade de desvelar um conjunto de figurinos posto sobre um novo cenário que mantém a regularidade da opressão e sujeição de inúmeras pessoas, na continuidade

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[40]

do modo de produção capitalista com suas lutas de classes sociais.

Referências

ALAIR, Joan Martínez. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: FURB, 1998.

ALEXANDRE, Aripa Faria. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento*. Blumenau: FURB, Florianópolis: UFSC, 2000.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 76, 2009.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2015.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses sobre movimentos sociais. *Revista Lua nova*, São Paulo, n. 17, junho, 1989.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. *Revista Mediações*, Londrina, v. 5, p. 11-40, jan./jun. 2000.

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[41]

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2014.

PESSOA, Jadir de Moraes. *Movimentos sociais e novos movimentos sociais: da crise conceitual à teoria dos campos*. In. PESSOA, Jadir de Moraes (org.). *Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais*. Goiânia: PUC, 2004.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TELLES, Vera da Silva. *Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70*. In. KRISCHKE, Paulo J.,

SCHERER-WARREN, Ilse. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987

VIANA, Nildo. *Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

VIANA, Nildo. *Movimentos sociais*. Florianópolis: Bookess, 2015.

VIANA, Nildo. *Religião, mercantilização, fetichismo e capital comunicacional*. In. VIANA Nildo. *Religião e capital comunicacional*, (Org.). Rio de Janeiro: Ar, 2015.

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
[42]